

## Índice

Introdução

1. Tecendo considerações sobre a gênese da Violência
2. O tecido conceitual da Violência tramada
3. As marcas das Violências na infância e na adolescência
5. Apontando para uma sociedade mais solidaria em relação as crianças e adolescentes do Brasil

Bibliografia

# IV - Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; desafios da violência para a Infância e Adolescência do Brasil

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Stela Santos Graciani<sup>1</sup>

## Introdução

Com objetivo de desencadear uma reflexão prática-teórica sobre as marcas que a cultura da violência vem indelevel e simbolicamente cicatrizando o sistema social gerador de tais mazelas, passo a pensar sobre quatro enfoques as causas da drástica realidade de sociedade, em geral e particularmente as consequências para infância e adolescência do Brasil. Destacando e circunscrevendo as (1) matrizes da realidade social inclusa, na geração da cultura da violência, bem como as diferentes facetas que a mesma, (2) se expressa e se manifesta em múltiplas situações, destacando as suas influências nas contingentes infanto-juvenil contemporâneos e finalmente (3) tentando apontar para as futuras décadas, alguns indicadores de ressignificação para uma sociedade mais solidária e justa, tentando dar conta desta complexa panorâmica.

## 1. Tecendo considerações sobre a gênese da cultura da violência

Parto do princípio que a configuração do modelo neoliberal conservador, com predominância da globalização da economia de mercado, cuja acumulação de capital supôs sempre uma tendência generalizada e crescente à mercantilização de todas as coisas, impactando não só as coisas materiais como também a materialidade da consciência, submetendo as pessoas humanas ao valor mercantil, de forma que esta tendência estrutural se materializa na vida cotidiana dos sujeitos históricos, que cada vez mais se encontram excluídos da sociedade.

O neoliberalismo conservador excludente, só alcança impor suas políticas antidemocráticas e discriminadoras na medida em que consegue desintegrar culturalmente a possibilidade da garantia de direitos sociais e de desagregar o aparato institucional tendente a garantir a concretização de tais direitos, uma vez que seu projeto atua e leva a cabo sua funcionalidade histórica. O que nos interessa ressaltar, é que esta redefinição do cenário político, econômico e social do capitalismo, neste início do século XXI se constrói (ou tem possibilidades de se construir) uma vez que se tem produzido uma reconversão qualitativa das formas culturais e ideológicas de interpelação, a partir

<sup>1</sup> Professora Titular de Sociologia da Educação - PUC/SP; Coordenadora Geral do Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP; Vice Diretora Comunitária do Centro de Educação da PUC/SP; Representante da PUC/SP no CONANDA - Conferência Municipal de Campo Grande - 05/07/01 - Campo Grande MGS

das quais se definiram as noções de democracia participativa e direitos. O modelo só será vitorioso, quando transformar estas duas categorias vazias de significado e referência de destituição de justiça e igualdade.

Esta ordem social, econômica e política criam consequentemente uma nova ordem cultural, com traços característicos, de uma exclusão social implacável junto aos setores populares empobrecidos, acentuando cada vez mais a desigualdade social, a má distribuição de renda, afastando cada vez mais os sujeitos históricos do que denominamos, cidadania plena, com gozo dos direitos sociais e políticos. Como profunda ironia, observamos uma sociedade sem cidadãos e de outro lado uns mais "cidadanizados" que outros, lesando portanto a concepção democrática da mesma. Por outro lado, o Estado cada vez mais inoperante frente as políticas públicas vai atravessando uma fase de quase omissão, sem prover minimamente a assistência social e o apoio cidadão a maioria do povo brasileiro no que se refere as necessidades básicas e as situações de risco em que se encontram. sabemos muito bem que as maiores vítimas destas contradições sociais, são as crianças e os adolescentes que sofrem todo tipo de aviltamento de seus direitos.

O que se está criticando da proposta neoliberal conservadora, não é só a ineficiência do Estado mínimo, nas questões sociais, mas também seu papel estritamente na dimensão econômica, no que se refere às fórmulas privatistas e desregulacionistas da economia de mercado, geradoras das mais traumáticas situações de desemprego, fome, violências, que se relaciona a projetos de reajustes das mais variadas espécies, assim sendo o Estado exerce violência para garantir a violência do Mercado e decomposição do tecido social institucionalizante como afirma Hirschman:

“As políticas de bem estar social têm por objetivo lidar com problemas que eram tratados por estruturas tradicionais como a família, a Igreja ou a Comunidade local. Quando tais estruturas se desmoronam, o Estado intervém para anunciar suas funções. Neste processo, o Estado debilita mais o que resta das estruturas tradicionais. surge daí uma necessidade maior de assistência pública do que a que havia sido prevista, e a situação piora, em vez de melhorar” (1992: pag. 35)

A crise estrutural, desestrutura as demais instituições sustentadoras dos processos socializantes, principalmente no que se refere aos valores, limites comportamentais e regras societárias, levando a uma anomia social catastrófica, uma vez que se perdem as referências, as situações exemplares, além modelos de relações sociais que facilitaríamos as atividades, de respeito, solidariedade, e justiça. Neste sentido a desordem planejada do neoliberalismo faz da violência do mercado uma das armas mais certeiras contra o bem-estar social das maiorias.

## 2. O tecido conceitual da violência tramada

O significado geral da violência passa por várias vertentes teóricas e perspectivas políticas, desde as insurreições sociais, violências no campo, chacinas urbanas, circuncisão em camaradas, à fome avassaladora, a desigualdade social, a violência contra as crianças, negros, mulheres, desempregados e etc., dentre outros que se manifestam em diferentes sociedades, em tempo históricos diversificados. No entanto, o que se percebe hoje é uma banalização desta concepção que aceita pela maioria vai se legitimando como uma cultura que rompe com os elos e os vínculos convencionais entre as pessoas, grupos e instituições delapidando com a dimensão cidadã.

Observando conceito de violência, há uma distinção entre aqueles que confrontam-se com visões conservadoras (defensores da ordem estabelecida) e olhares dos grupos progressistas (que almejam e mudança do ordem e de justiça). Aos primeiros, cabe aniquilar os adversários pelo terror, pela morte e repressão. Na negociação cabe a imposição da obediência, da subalternidade, não são os direitos que prevalecem. O caso contrário, que nos referimos são aqueles que lutam para estabelecer nova ordem, que exigem justiça em relação a exploração, o desemprego, a desnutrição, a repressão policial ou seja, a luta passa pela exigência de melhor qualidade de vida. Por exemplo as matanças de índios realizadas por grileiros da terra, assassinatos de lideranças sindicais rurais / urbanos pelo seu protagonismo, violência policiais, como o massacre do Eldorado dos Carajás, do Movimento dos Sem Terra do Sul Pará, chacinas de Vigário Geral (agosto 93) e Carandiru com 111 presos mortos (outubro de 92) mostram a face sangrenta e repressiva da ordem estabelecida.

A ação repressiva por parte do Estado e da classe dominante, reinando sempre, se justificaram pela ordem a ser reestabelecida, seja frente aos indígenas, aos escravos, operários etc. numa violência institucionalizada secular e os últimos sempre foram os mais pobres. Há uma certa impunidade até dentro dos tribunais (como Lalau); dos (senadores ACM e Arruda) caracterizando um déficit da própria justiça. O restabelecimento da justiça social implica o aceno à vida digna por parte da maioria da população, onde os direitos sociais, civis e políticos serão garantidos.

A violência tanto se caracteriza como dano a pessoa como também se vincula a transgressão a norma social. A primeira se define como sendo "uma ação direta ou indireta, concentrando ou distribuída destinada a prejudicar uma pessoa ou a destruí-la. seja em sua integridade física ou psíquica, seja em suas posses, seja em suas participações simbólicas" (Michaud, 1977 p. 05) Está é uma agressão/vitimização através de provocação pelo agressor a um virturizado. Esta forma de violência tem nos último anos causado um pânico geral à população, um modo exagerado, prejudicado mesmo que simbolicamente todo um contingente principalmente urbano. As classes mais

abastadas e médias estão se mudando para apartamentos, ou condomínios fechados, com segurança própria ou alarmes de todos os tipos. Como afirma, Gilberto Velho:

“ O modo mais agudo de revelar o total desrespeito e da considerações pelo outro, implicado não só no uso da força física mas a possibilidade ou ameaça de usá-la” (1998, pg10),

Esta violência invade o ser humano em sua essência. Como a transgressão à norma social, que se utiliza do uso de força ou ameaça para impor a agressão dos valores e expectativas de reciprocidade na sociedade.

Nas reflexões feitas por Hannah Arendt (1985) ela relaciona a violência em, relação ao poder de interesses. Há uma luta quer econômica, cultural ou política na disputa pelo poder, pelo conhecimento pela informação e é a violência que coloca esta questão na vida cotidiana, desmoronando esta relação, guarda-se poder, perde-se poder.

No curso das gangues, das galeras por exemplo a violência é em dos tipos de linguagem, cotidiana seja no embate entrecoco do grupo, nas relações inter-grupos ou com o aparato repressivo da autoridade social.

A erosão das normas de convívias social corroídas e desmanteladas em conjunto com as injustas sociais e que estão fortalecendo acirradamente a cultura da violência, criando condições específicas aos tráficos de drogas, cria moral aos parâmetros da corrupção, está havendo portanto ausência de uma cultura cívica e de cidadania como parâmetros de convivência social e familiar, gerando desorientação e desnorreamento da sociedade como um todo.

Perde-se a característica humana de pertencimento de sentimento de responsabilidade social e pertinência sociais.

A violência é a resposta a outra violência, assim toda violência, funciona de alguma forma como reação forte a outra violência, elas se esgotam em si mesma, uma na outra (ação violenta / reação violenta) sempre resultando numa multiplicação das violências.

### **3. As marcas das violências na infância e na adolescência**

A raiz da violência como estamos interpretando deriva de uma turbulência de modelo neoliberal conservador, onde a estampa do estado mínimo se delinea, acompanhando a sustentação do livre comércio e da economia de mercado com forte traço privatizante. Características estas do processo globalizador mundial que trás em suas consequências mais perversas a exclusão social como emblemática reação sócio-político, econômico e cultural.

Há vazão a interesses econômicos além de lucros exorbitantes da indústria, do comércio e da agricultura, os vinculados, a droga, a corrupção, ao mal uso do dinheiro público, além de práticas de extorsões arrebatadoras de quadrilhas do colarinho branco e de assaltantes ligados aos crimes organizados e planejados rigorosamente para atingir as metas, seja de rebeliões em prisões, de carácter sincronizados, seja na invasão das cadeias públicas e ou unidades hospitalares onde os bandidos se encontram em recuperação; por grupos fortemente armados. Outra modalidade são os profissionais contratados para matar, ou mesmo os grupos de justiceiros ou de extermínio envolvendo policiais, comerciantes etc.

Há também a manifestação de violência doméstica na intimidade tem se revelado como uma das principais seja em relação a mulher e as crianças e os adolescentes suas vítimas mais significativas. A cultura machista, autoritária e racista caracteriza o ambiente como favorável a vários tipos de violência (estupro, assédio, maus tratos, dentre outros). O alcoolismo é uma das manifestações mais evidentes da violência privada.

O padrão de convivência familiar brasileira, de estrutura autoritária, não pode ser visto isoladamente das questões mais amplas de redução dos direitos sociais, das privações causadas pela falta de emprego, pela diminuição do papel do Estado mínimo, na garantia das condições mínimas de subsistência e sobrevivência pelas políticas sociais ausentes.

Nesta última década, o Brasil passou como vimos por variadas transformações no campo demográfico, hoje por ex: estamos com 170 milhões de habitantes, modificação no campo político, macro econômico, reforma do Estado, com ressonância na situação da criança e adolescente: criação dos Conselhos e Fóruns de Defesa de Direitos, articulação da Sociedade civil e setores governamentais no atendimento da infância e adolescente. No entanto, ainda á muitos violências que precisam ser erradicadas como:

- Taxas ainda elevadas de mortalidade materna e infantil;
- Baixo peso ao nascer
- Disparidades entre situação de saúde e nutrição das zonas rurais e urbanas.

Ainda temos o precoce e perverso ingresso, no mercado de trabalho, meninos(as) novamente de baixa renda, com o conseqüente abandono da escola. Há uma relação estreita entre trabalho infantil e pobreza, os adolescentes são chamados a contribuir para o sustento ou arrimo de família, em atividades penosas e incompatíveis com o desenvolvimento peculiar e com a rotina da escola. Enquanto as meninas se dedicam aos afazeres domésticos e tomam conta de seus irmãosinhos. Sendo que a pesquisa Nacional por amostra de domicilios/97 , mostrou que 25% dos lares eram chefiados por mulheres, confirmando a tendência histórica da inserção de mulheres no mercado de

trabalho, nos anos 90.

Apesar de ter havido uma evolução no acesso das crianças na escola significativo, outros questionamentos podem ser efetivados, em relação a idade/série e ao processo de aceleração de aprendizagem, que nem sempre estão levando a uma profunda aprendizagem qualitativa. Há na faixa etária de 15 a 17 anos altas taxas de abandono e repetência.

O analfabetismo não pode ser visto como problema isolado, que possa ser atacado independentemente, pois esta ligado a pobreza e a exclusão social, que soma hoje 15 milhões de pessoas.

Segundo o Relatório da Republica Federativa do Brasil sobre o cumprimento das metas enunciadas da Cúpula Mundial pelas crianças, 2001/0 os dados do Ministério da Justiça, indicam o seguinte quadro de distribuição de adolescentes nas quatro medidas sócio educativas, dos autores de atos infracionais.

<b>Modalidade</b>	<b>Número de adolescentes</b>
Prestação de serviços à comunidade	6.628
Liberdade Assistida (meio aberto e restritiva de liberdade)	15.820
Semiliberdade (institucionalização restritiva de liberdade)	1.636
Internação (privativa de liberdade)	6.970
Total	31.054

Segundo pesquisa do Ministério da Justiça em parceria com claves, o perfil dos adolescentes infratores indica em geral que são oriundos de classes sociais pobres, com baixa escolaridade, e não freqüentam a escola. Quando do ato infracional, grande parte são usuários de drogas, famílias marcadas pela exclusão social, e com histórico de problemas de saúde (psiquiátricos, câncer, alcoolismo, AIDS, seqüelas de ferimentos a bala), vivem em ambientes violentos (suicídios, espancamentos, assassinatos). Demonstra igualmente, situação de vida com agravos emocionais e financeiros sérios, decorrentes de separação dos pais, ausência das mães nos lares, distanciamento da figura paterna, relacionamentos marcados por intensas agressões físicas e emocionais, sem dialogo intrafamiliares.

No que se refere ao atendimento sócio educativo entretanto, a lógica "despersonalizada", a ociosidade, de práticas educativas e profissionalizantes

inconstantes, com acentuado confinamento e punições, muitas vezes brutais são propiciadoras de rebeliões, motins e fugas. Estes dados estão contidos no relatório acima mencionado. Os mototes e técnicos destas instituições totais estão totalmente despreparados para assumirem este processo sócio educativo, apesar das iniciativas de formação continuada pois violam os direitos humanos constantemente.

#### **4- Propostas que vão além das violências estruturais e conjunturais frente a Infância e adolescência**

As Políticas Públicas de promoção de crianças e adolescentes e prevenção da violência precisam:

- a) Vontade política: de todos os políticos que estão no poder;
- b) Competência técnica: de todos nós que atuamos na promoção, prevenção e defesa;
- c) Compromisso éticos: da sociedade como um todo

A educação popular da base que desenvolve o ser humano deverá ser capaz de criar condições que assegurem, de forma articulada em rede de serviços e consequente, as cinco sustentabilidades exigidas pelo novo paradigma do ECA: cujo pontos básicos da nova perspectiva ético-política, ou seja, deste modo novo de encarar o processo de desenvolvimento humano, prevê:

- a) a vida é o mais básico e universal dos valores
- b) todas as vidas são iguais em valor e magnitude (das plantas, dos animais, das pessoas
- c) todas as pessoas tem um potencial a ser desenvolvido
- d) temos que propiciar as condições e oportunidades para que este potencial se desenvolva
- e) as pessoas fazem escolhas frente as condições e oportunidades que encontram
- f) as pessoas precisam estar preparadas para fazer escolhas
- g) o meio ambiente deve ser sempre preparado para receber os contingentes mais novos (novas gerações)
- h) todas as pessoas de uma dada sociedade devem participar nas decisões que

as afetam (democracia participativa)

- i) a promoção, proteção e defesa dos Direitos humanos é o caminho para a construção de uma vida digna para todos
- j) o exercício consciente da cidadania é a forma de fazer os Direitos Humanos transitarem da intenção à realidade
- k) a política de Desenvolvimento Humano deve basear-se:
  - liberdades democráticas;
  - transformações produtivas;
  - na igualdade social;
  - na sustentabilidade ambiental
  - através da ética de co-responsabilidade (Estado/Sociedade Civil)

As pessoas precisam se preparar para a construção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, pois mudam a maneira de ver; de entender; de agir das pessoas, é uma condição inarredável para elas se organizarem para interferir de maneira solidária, criativa e construtiva sobre as circunstâncias.

As formas de sustentabilidade são:

- a) ambiental: criar a beleza saudável de viver (construir uma consciência ecológica);
- b) econômica: oportunidade para todos os que na sociedade estejam inseridos (trabalho e usufruto; distribuição da renda e das riquezas);
- c) Social: desenvolvimento pessoal e social - (bem estar para todos; exigir igualdade e respeito a diferença);
- d) Cultural: preservar o legado da raiz cultural, miscigenação da raças, multiculturalismo (valorizar a matriz cultural do nosso povo);
- e) Política: gerar novas iniciativas para todos participarem das decisões (formal e informal) – criar cultura de participação nas decisões.

A sustentabilidade interdisciplinar e multiprofissional\* poderá gerar:

- melhor qualidade de vida;
- ampliação do poder de decisão
- acesso a novas tecnologias de gestão;
- enriquecimento entre o conhecimento/valores/expectativas;
- uma visão de mundo empreendedora e emancipatória, econômico e social –

político cultural;

- resistir as circunstâncias com consciência.

As estratégias fundantes do desenvolvimento humano exigirá portanto:

- formação e integração dos grupos;
- identificação e desenvolvimento de lideranças sociais;
- desenvolvimento de capacidades;
- implementação criativa de novas formas de ação e mobilização social e participação comprometida;
- Organização em rede social de pessoas, organizações com interesses comuns ou semelhantes;
- Difusão sistemática de conhecimento e práticas de interesse social junto a população;
- Uso da informática e aprendizagem de segunda língua.

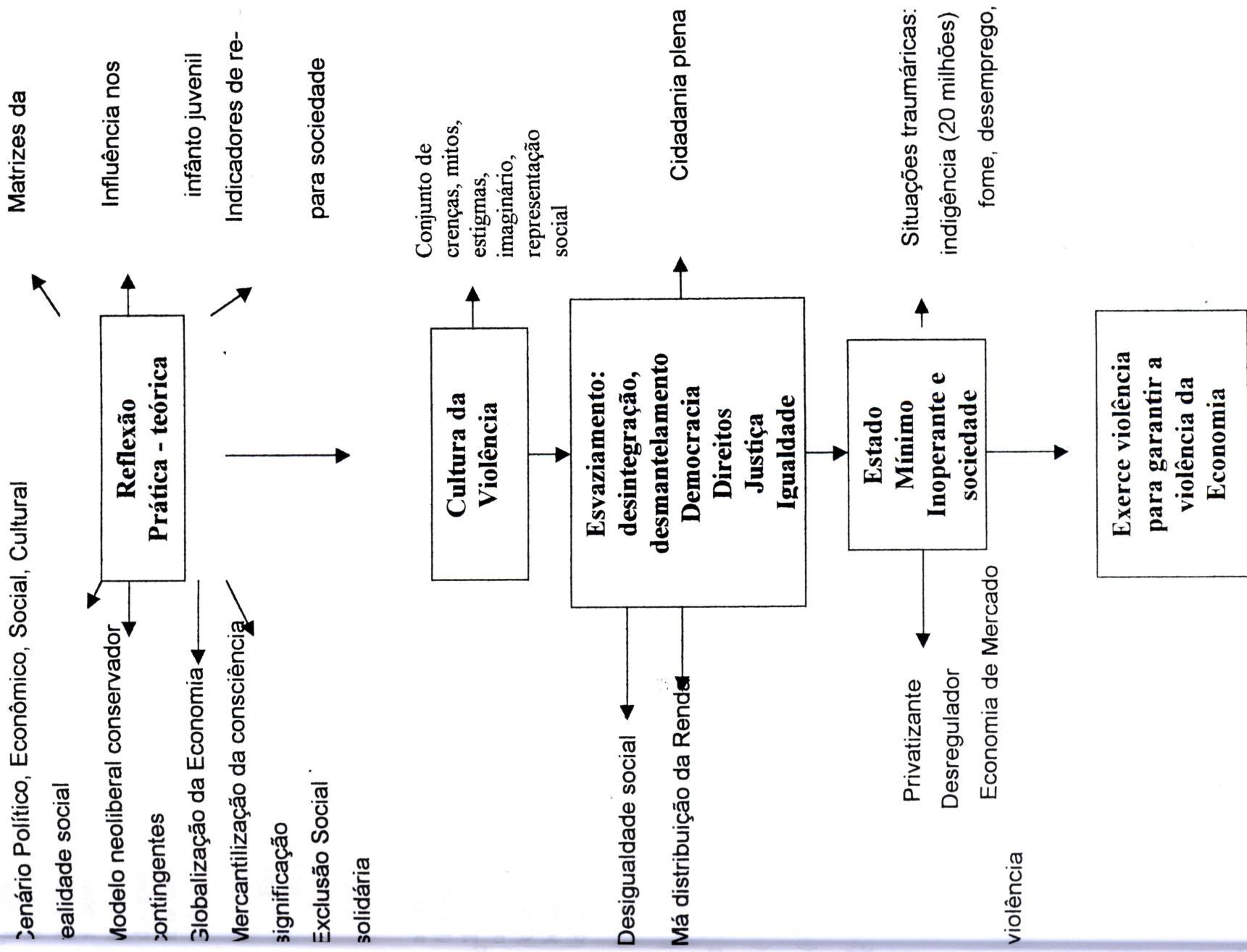
Como afirma Jacques Delours:

- a) aprender a ser (competência pessoal);
- b) aprender a conviver (competência social);
- c) aprender a fazer (competência produtiva);
- d) aprender a fazer (competência cognitiva);

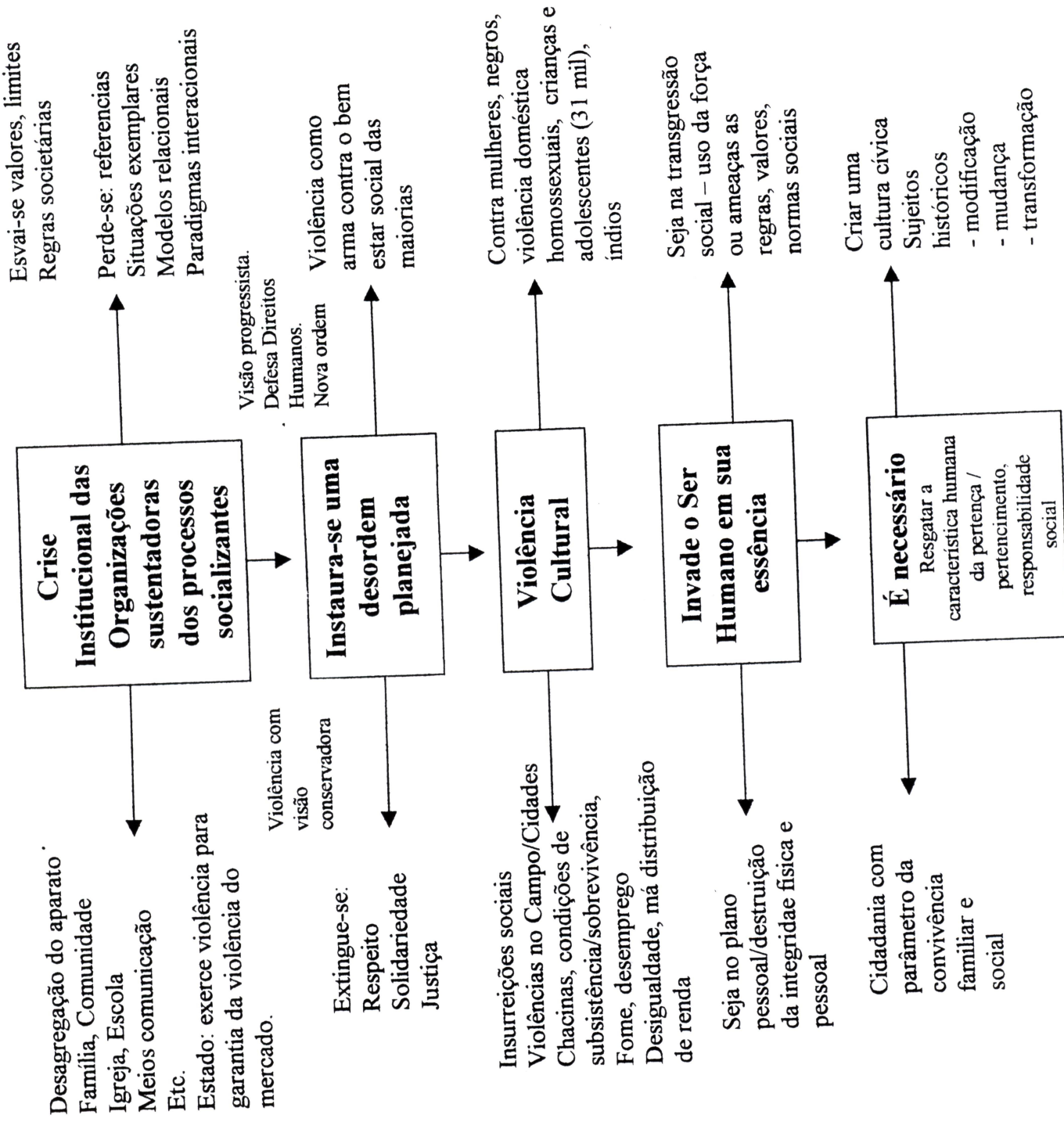
Estas habilidades geradas pelo processo educativo configuram-se em:

- a) habilidades básicas (leitura, escrita, cálculo, resolução de problemas);
- b) habilidades específicas (domínio de tecnologias);
- C) habilidades de gestão (auto, hetero e co-gestão);

# Esquema: Criança e Adolescente e a violência



# Desagregação do aparato



Violência doméstica  
Taxas de mortalidade  
Ingresso no mercado de trabalhos  
Exploração sexual  
Escola desarticulada com o momento histórico  
Analfabetismo  
Saúde precária – Aids, gravidez precoce, drogas

**Marcas da violência na infância e Adolescência**

Processos de mortificação interno  
Processo de mortificação externo

**Apontando para Sociedade Solidária**

Testemunho de Daniel Paulo Freire: Educadores profetas

Construção coletiva  
Sistema de garantia de direitos: prevenção, proteção, defesa e controle – Doutrina de proteção integral, Prioridade Absoluta  
Situação peculiar de desenvolvimento

**ECA – Lei Federal 8069/90**

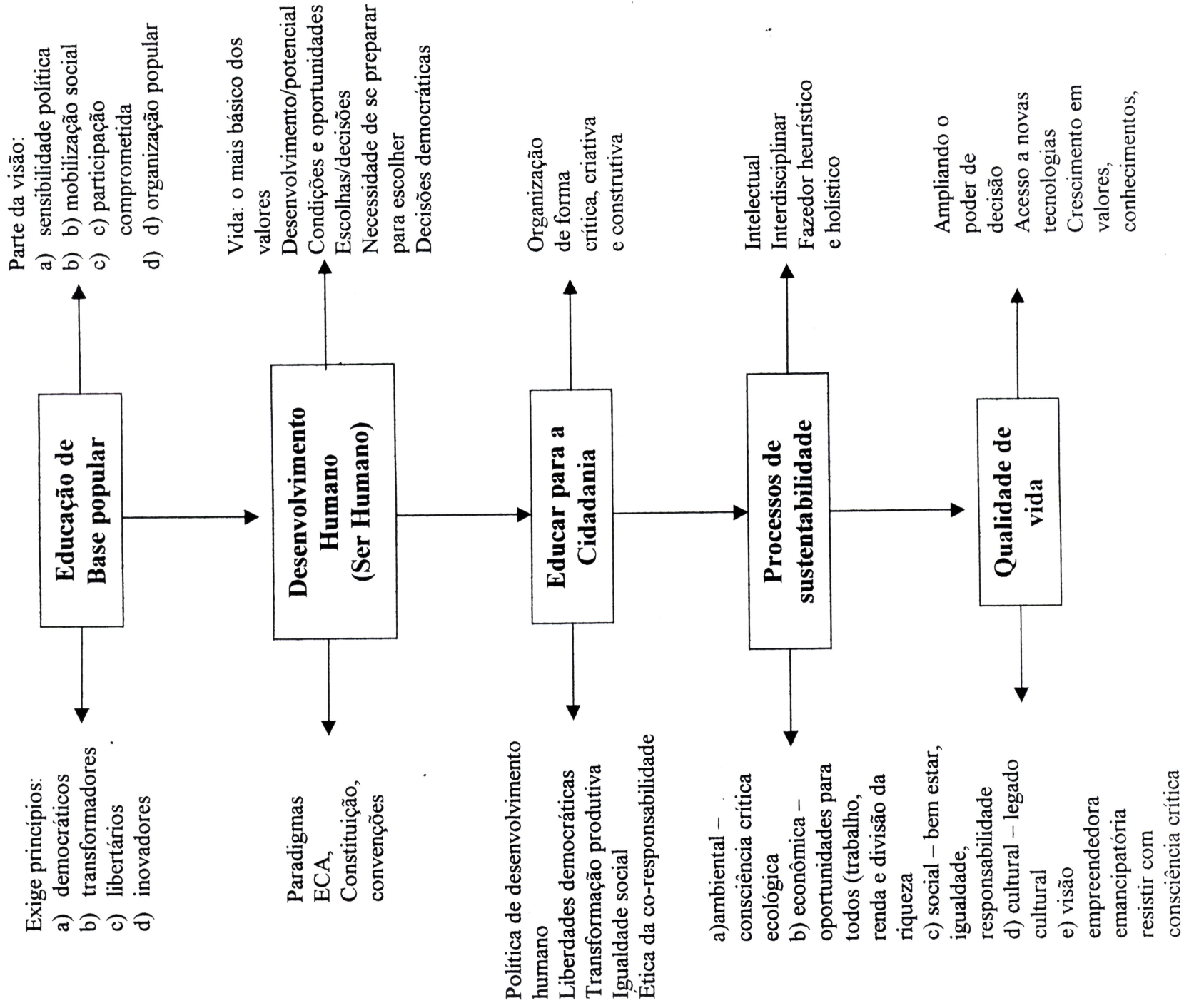
Fruto da luta e de mobilização social: Doutrina de Proteção Integral.  
Criança e Adolescente: prioridade absoluta  
Sujeito do Direitos  
Gestão Participativa  
Ser em desenvolvimento peculiar

Políticas Públicas: Intencionalidade  
Complementariedade  
Integração em rede de ação

**Propostas de ruptura da cultura da violência**

Processo de educação popular de base:  
desenvolvimento do ser humano

Depende as políticas públicas de:  
- vontade política  
- competência técnica  
- compromisso ético



Formação:  
Integração dos grupos  
Desenvolvimento das lideranças sociais  
Desenvolvimento de capacidade  
Novas formas de mobilização participativa  
Organização de rede social (pessoas, organizações)  
Diferentes conhecimentos  
Uso da informática

Saber ouvir  
Saber fazer com Criança e adolescentes:  
sujeito – agente – protagonista  
Paciência histórica / tolerância

Jaques Delours: Aprender a aprender  
a) saber ser (competência pessoal)  
b) saber conviver (competência social)  
c) aprender a fazer (competência produtiva)  
d) aprender a saber e conhecer (competência cognitiva)

- 1- habilidades básicas (lêr, escrever, calcular)
- 2- habilidades específicas (domínio da tecnologia)
- 3- habilidades de gestão: auto/hétero/eco gestão

**Estratégias do Desenvolvimento Humano**

**Habilidades de processo educativo cidadão**

**Sociedade mais solidária em relação as crianças CONANDA**

## Apontando para uma Sociedade mais Solidária em relação as Crianças e Adolescentes do Brasil

O marco legal vigente - Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069/90 - veio através da mobilização Social implantar um novo paradigma para dirigir e defender as crianças e os adolescentes, criando Conselhos formulados de políticas públicas capazes de reverterem a drástica situação violência contra a Infância e a Adolescência brasileira, apesar da morosidade, após anos de vigência do ECA.

Coube a estes conselheiros articular um sistema de garantia de direitos para enfrentar as violações sofridas por eles, sobretudo aqueles em situações de maior vulnerabilidade. Coube a eles a construção coletiva da categoria estratégica de defesa dos direitos através de políticas de ação que atendessem estes contingentes de forma digna assegurando sobrevivência, desenvolvimento, proteção e participação de todas as crianças e adolescentes como sujeitos, construir suas próprias histórias criando novos projetos de vida. Esta façanha poderá vir a ser uma realidade quando houver intersectorialidade, complementariedade, integração e redes de atenção a nível da Educação, Saúde, Lazer, Esporte, Cultura, rompendo com o Neoliberalismo conservador, que marcou as ações de políticas públicas do Estado brasileiro.

Para tanto o Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente a partir do Art.86, do Eca "que dispõe que a Política de Atendimento far-se-á de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", estabeleceu as diretrizes nacionais como um conjunto de instruções que irão viabilizar os procedimentos e a organização de trabalho, através de programas de:

### a) Educação

- garantir a qualidade de ensino
- implantar a universalização do ensino desde a Educação Infantil até o ensino médio, incluindo Educação de Jovens e Adultos

### b) Saúde

- garantir uma política de saúde pública de acesso universal e igualitário nos aspectos de promoção, proteção e recuperação da saúde de as crianças e os adolescentes

### c) Assistência Social

- garantir uma política de Assistência Social que tenha a família como foco central da atenção que assegure os mínimos sociais das famílias pobres promovendo acesso de todos os seus membros as demais políticas sociais básicas.
- garantir uma política nacional de apoio a juventude que promove o

protagonismo juvenil no aspecto da cidadania.

d.) Cultura, Esporte e Lazer

- garantir uma política nacional de cultura, esporte e lazer para as crianças e os adolescentes de carácter universal, que contemple a integração regional e a valorização da cultura local
- assegurar apoio financeiro da União e dos Estados aos municípios para promoção de atividades culturais, esportivas e de lazer destinadas à criança e ao adolescente.

e.) Ações especiais de Proteção especial, violência Sexual, Trabalho

- garantir uma política nacional de promoção de direitos para as crianças e os adolescentes de vulnerabilidade Social
- garantir a implantação de enfrentamento da violência sexual infanto juvenil
- garantir uma política nacional de erradicação do trabalho infantil e de proteção do trabalho do adolescente.

f.) Medidas Sócio Educativas

- garantir a implantação de uma política de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional em todas as modalidades sócio-educativas e em todas as esferas do governo.

g.) Conselho de Direitos, Tutelares e Fundos

- garantir a implantação e devido funcionamento dos Conselhos de Direitos, Tutelares conforme determina o Eca em todo Território Nacional, com recursos do Fundo.

h.) Mecanismos de exigibilidade de Direitos

- garantir a criação e o funcionamento adequado dos órgãos que compõem o Sistema de garantia de direitos (Delegacias especializadas para a Infância e a Juventude, Defensorias Públicas, Sistema integrado de informações - SIPIA).

Caberá a todos nos operados da Justiça Infanto Juvenil, além de lutar para a transformação Social mais ampla, avaliar e controlar este conjunto de ações das políticas públicas e as redes integrais de atendimento em todas as dimensões da vida.

Queremos que esta luta seja preenchida pelo imaginário e representação social que as crianças e principalmente os jovens têm sobre a realidade social, que não se configura como aquele que só consomem, mas aquele que esta se abrindo para novas perspectivas sociais e culturais, através do protagonismo juvenil, onde ele esta se transformando em agente criativo, somando mais de 30 milhões de adolescentes de 15 a 24 anos. Por estas razões precisamos elaborar políticas públicas claramente de carácter emancipador e não paliativas.

A mídia por exemplo precisa buscar pautas onde este universo brasileiro contraditório possa ser analisado por este contingente, no que se refere a dívida social

histórica, a má distribuição da renda que leva grande parte destes jovens a não terem, como já foi afirmado, seus direitos fundamentais respeitados. Por outro lado, há temas que precisamos incluir no projeto estratégico de atendimento do adolescente, além de esporte, lazer, cultura, educação e saúde de modo geral são temas como gravidez precoce, AIDS, primeiro emprego, drogas, delinquência dentre outros; com programas que vivenciem valores cidadãos, ética, educação afetiva-sexual, ambiental, além de uma prática efetiva em todas estas propostas programática. Urgentemente precisamos definir uma política para a juventude brasileira não só pelo fator populacional, mas também estimulá-los em uma objetiva visão de mundo, de homem e de sociedade, descobrindo seu verdadeiro papel nestes espaços sociais, seja com a música (Rap), com o esporte, com o estudo, com a malharão etc. A superação dos desafios a serem enfrentados dependerá do projeto político pedagógico estratégico e da capacidade de articulação entre a Sociedade Civil e o Estado para implantar e realizar estas diretrizes definidas pelo CONANDA, para a garantia dos direitos da Criança e do Adolescente do Brasil, somente desta maneira conseguiremos um pacto de paz para a infância e adolescência.

## Bibliografia

- Andi, Revista - Mídia dos Jovens - Junho 2001
- Aldaiza Sposati - (30/03/00) Pobreza no Brasil Contemporâneo - Pós Serviço Social.
- Faleiros de Paula Vicente - A questão de Violência texto mimeografado .
- \_\_\_\_\_ (92) - O trabalho da Política: Saúde e Segurança dos Trabalhadores - SP. Cortez
- Gerard, Reno (90) - A Violência e o Sagrado - Paz na terra - Unesp
- Gloria, Diogenes -(98) - Cartografias da Violência gangue, galeras e o movimento Hip-Hop - SP - Annablume
- Guimarães, Aurea - (96) - A Dinâmica da Violência Escolar Conflito e Ambigüidade - Campinas - Autores Associados
- Hannah, Arendt - (85) Da Violência - Brasília -
- Ministério da Justiça - DCA - Relatório da Republica de Brasil sobre o cumprimento das metas emanadas da cúpula Mundial pelas crianças - junho 2001
- Naffesoli, Michel - (81) - A violência Totalitária - Zahar
- Paoli, Maria Célia - outros - Violência Brasileira - SP - Brasiliense
- Santos, Vanderley Guilherme - Razões da Desordem - Rio
- Straus, Marta - (94) - Violência na Vida dos Adolescentes - SP. Circulo do livro
- Veronese, Joriane - Entre violentados e Violentadores - SP. Cidade Nova
- Naiselfsz, Júlio Jacobo - (98) - Juventude, Violência e cidadania - Os jovens de Brasília - Cortes

